



1137699



00135.206722/2020-01



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SCS Quadra 09 - Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre-A, 10º Andar
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <http://www.mdh.gov.br>

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2020

PROCESSO Nº 00135.206722/2020-01

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/20, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES E A SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar, inscrito no CNPJ nº 27.136.980/0001-00, neste ato representado pela Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, **SANDRA MARA VOLF PEDRO EUSTÁQUIO**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 7.890.535-2 e do CPF nº 033.895.729-45; a **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**, com sede no SGAS 901 Bloco "A" Lote 69 Asa Sul, inscrita no CNPJ 26.461.699/0001-80, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, **GUILHERME SORIA BASTOS FILHO**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 07.591.751-8 e do CPF 656.964.926-49; a **FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**, com sede no Ed. Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 9, Torre B, 11º andar, Brasília-DF, inscrita no CNPJ 00.059.311/0001-26, neste ato representada por seu Presidente, **MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 247.740.317 e do CPF nº 120.901.688-54; a **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - FCP**, com sede no Setor Comercial Sul - SCS Quadra 02, Bloco C, nº 256 - Ed. Toufic -, inscrita no CNPJ 32.901.688/001-77, neste ato representada por seu Presidente, **SÉRGIO CAMARGO**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 17270769-9 e do CPF nº 129751078-03; e a **SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA - SESAI**, com sede no SRTVN Quadra 701, Bloco D, Ed: PO 700, 4º andar, inscrita com o CNPJ 00.394.544/0127-87 neste ato representada por seu Secretário Especial, **ROBSON SANTOS DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade 028815523-7 MEX, e do CPF nº 010949907-79, doravante designados "Partícipes",

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, em conformidade com o disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 27, § 3º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica - ACT consiste na formalização da atuação conjunta dos partícipes no atendimento às demandas por cestas de alimentos pelas populações indígenas e quilombolas, em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, agravada pela pandemia do coronavírus – COVID-19, objeto do Termo de Execução Descentralizada nº 03/20, firmado entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos

Humanos (MMFDH) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); e do Termo de Execução Descentralizada nº 04/20, firmado entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O atendimento dar-se-á em consonância com o Plano de Trabalho apensado a este Acordo, que define as estratégias de acompanhamento, monitoramento e execução, por parte de cada parceiro, de acordo com suas atribuições legais.

Ademais, encontra-se em consonância com o **Programa 5034** (Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos), do Plano Plurianual 2020-2023).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho, o qual é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como de toda documentação técnica que dele resulte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

1. Elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
2. Executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
3. Designar, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
4. Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
5. Monitorar e controlar a execução do Plano de Trabalho;
6. Avaliar os resultados parciais, ajustando e reformulando as ações previstas para o atingimento do resultado final;
7. Cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
8. Realizar vistorias em conjunto ou separadamente, quando necessário;
9. Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
10. Permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao Acordo, assim como aos elementos de sua execução;
11. Fornecer aos parceiros as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
12. Manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI), obtidas em razão da execução do Acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes; e
13. Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única – As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, disponibilizarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES

MMFDH

1. Validar com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e com a Fundação Cultural Palmares - FCP os beneficiários das cestas de alimentos, certificando-se da sua condição de indígenas e de quilombolas em situação de emergência e de insegurança alimentar;

2. Indicar, à CONAB, o quantitativo de famílias/comunidades indígenas e quilombolas a serem beneficiadas, bem como os locais de disponibilização das cestas;
3. Articular, quando necessário, providências de escolta com a Política Rodoviária Federal e Polícias Militares nos trechos de risco, identificados pelos parceiros na distribuição;
4. Prestar orientações técnicas e informações que detenha por força do exercício de suas atribuições e competências, nos assuntos relativos às atividades previstas no Acordo;
5. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das atividades objeto deste Acordo;
6. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e seus reflexos, podendo assumir ou transferir a responsabilidade da execução no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços;
7. Consolidar e monitorar, por meio de planilhas eletrônicas ou qualquer outro dispositivo, as distribuições a serem efetuadas, apresentando relação de beneficiários atendidos por Estado, município, comunidade/aldeia e número de CPF, com vistas a eventuais prestações de informações a órgãos internos e externos de controle, a partir das prestações de contas realizadas pela FUNAI e FCP;
8. Participar de todas as fases de desenvolvimento dos projetos e ações de que trata o objeto deste Acordo, observado o Plano de Trabalho definido pelo Acordo de Cooperação Técnica, criado especificamente para esse acompanhamento e execução.

CONAB

1. Promover a aquisição dos produtos demandados;
2. Manter os órgãos parceiros informados sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal da execução deste Acordo;
3. Operacionalizar a entrega das cestas de alimentos nos locais indicados, de Acordo com os critérios estabelecidos pela SNPIR/MMFDH;
4. Informar aos órgãos parceiros e à SNPIR/MMFDH o cronograma de aquisição, entrega e disponibilização das cestas de alimentos, de Acordo com as etapas efetivamente realizadas;
5. Ajustar a composição das cestas de alimentos ao volume de mercadorias disponíveis, quando necessário, de modo a equacionar o fluxo de saída dos estoques, evitando a perda de alimentos ou a não entrega de cestas por falta de itens específicos. Os ajustes deverão ser informados aos parceiros e à SNPIR/MMFDH;
6. Providenciar a contratação de serviço de transporte de terceiros ou uso de frota própria da Conab para disponibilização dos estoques nas localidades indicadas, sempre que ocorrer necessidade de suplementação e auxílio na distribuição em determinada região, observada a disponibilidade de recursos alocados para este fim;
7. Indicar quais entregas poderão ocorrer em duas etapas e aquelas que, em razão da situação logística, serão entregues de uma única vez;
8. Exigir documento que ateste a entrega das cestas de alimentos (ex.: notas fiscais), devidamente assinado por responsável indicado pelos órgãos parceiros.

FUNAI

1. Indicar as prioridades nas entregas em razão dos riscos de insegurança alimentar, a partir da listagem encaminhadas pelas Unidades Descentralizadas da Funai, com o quantitativo de famílias indígenas beneficiárias;
2. Indicar à CONAB os locais para disponibilização das cestas de alimentos, bem como as particularidades dos respectivos trajetos, quando ocorrer a hipótese prevista no item “h”.
3. Indicar a relação de famílias/comunidades indígenas a serem beneficiadas;
4. Coordenar a pactuação dos quantitativos de cestas de alimentos a serem distribuídas;
5. Articular a distribuição/retirada dos alimentos junto à CONAB;
6. Recepcionar da CONAB as cestas de alimentos nas Unidades Descentralizadas da FUNAI e distribuí-las até as famílias indígenas beneficiárias;

7. Informar à CONAB quais os endereços de entrega que possuem estrutura local para apoio e a sua capacidade de transporte em toneladas para a distribuição interna, quando for o caso;
8. Acompanhar o transporte e a entrega das cestas, nas situações em que a CONAB for requisitada para auxílio na disponibilização dos alimentos diretamente nas aldeias indígenas;
9. Articular com parceiros a implementação logística de entrega das cestas de alimentos às famílias beneficiárias, quando for o caso;
10. Atender ao cronograma proposto pela CONAB, de modo a disponibilizar pessoa responsável pelo recebimento das cestas e pelo respectivo ateste;
11. Disponibilizar recursos humanos para auxílio do descarregamento das cestas de alimentos nos locais indicados, nos casos em que o transporte dos produtos for efetuado diretamente pela CONAB.
12. Emitir o documento “formulário de relação de beneficiários das cestas de alimentos distribuídas às famílias indígenas em função da pandemia da COVID-19”, que, após devidamente preenchido, deve ser assinado pelo responsável, na condição de servidor público ou empregado público ou agente público, pela distribuição das cestas de alimentos;
13. As cestas de alimentos serão distribuídas às famílias indígenas, por servidor público ou empregado público ou agente público, devidamente autorizado pelo Coordenador Regional, Chefe de Coordenação Técnica Local, Coordenador de Frente de Proteção e nos impedimentos eventuais e regulamentares dos titulares os respectivos substitutos.
14. O representante autorizado deverá assinar a guia de remessa de retirada das cestas de alimentos da Unidade Descentralizada da Funai.
15. O representante autorizado deverá acompanhar o transporte das cestas de alimentos e atestar a sua efetiva entrega às famílias indígenas, por meio de formulário definido;
16. A Funai, por meio da CGPDS e Unidades descentralizadas, deverá apresentar o Relatório de Execução contendo os quadros demonstrativos das distribuições realizadas famílias indígenas beneficiadas, preferencialmente em formato Excel/Word, podendo ainda conter registros fotográficos, vídeos;
17. Apresentar a SNPIR/MMFDH, quando solicitado, posição dos estoques de cestas de alimentos e as demandas em curso.

FCP

1. Indicar as prioridades nas entregas em razão dos riscos de insegurança alimentar, a partir da listagem de beneficiários aprovada;
2. Indicar à CONAB os locais para disponibilização das cestas de alimentos, bem como as particularidades dos respectivos trajetos;
3. Providenciar a distribuição das cestas de alimentos às famílias beneficiárias, a partir dos pontos de disponibilização desses produtos;
4. Indicar os responsáveis pelo recebimento, distribuição e prestação de contas da entrega da cesta ao beneficiário cadastrado;
5. Acompanhar o transporte e a entrega das cestas, nas situações em que a CONAB for requisitada para auxílio na disponibilização dos alimentos diretamente nas comunidades quilombolas;
6. Atender ao cronograma proposto pela CONAB, de modo a disponibilizar pessoa responsável pelo recebimento das cestas e pelo respectivo ateste;
7. Disponibilizar recursos humanos para auxílio do descarregamento das cestas de alimentos nos locais indicados, nos casos em que o transporte dos produtos for efetuado diretamente pela CONAB.

SESAI

1. Apresentar as normas e orientações sanitárias para a manipulação e transporte dos alimentos desde a CONAB até os beneficiários;

2. Auxiliar a FUNAI nos contatos com as aldeias indígenas, no sentido de informá-los das entregas das cestas, cuidados no seu manuseio e utilização, além de fazer o acompanhamento do estado nutricional dos beneficiários; e
3. Informar qualquer suspeita de risco sanitário nas aldeias beneficiadas, no sentido de abortar-se ou priorizar-se a entrega, caso seja necessário.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 05 (cinco) dias, a contar da celebração do presente Acordo, cada partícipe indicará formalmente os nomes de servidores/empregados responsáveis (titular e suplente) pela coordenação, pela interlocução e pela organização das atividades desenvolvidas, além de alocar pessoal devidamente capacitado para a execução das tarefas/obrigações estabelecidas no Plano de Trabalho. Esse grupo de servidores será formalizado mediante Portaria publicada pelo MMFDH.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, à exceção daqueles definidos em instrumento próprio. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pela sua prestação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus aos demais. As atividades não implicarão cessão de servidores ou empregados, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no Acordo, e por prazo determinado.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 06 (seis) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante celebração de aditivo, com aviso prévio de 60 dias (sessenta) do encerramento vigente, se houver interesse das partes.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, mediante Termo Aditivo, a fim de aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto e às restrições previstas na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ENCERRAMENTO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

1. por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
2. por denúncia de qualquer dos partícipes, se não houver mais interesse na manutenção da parceria, notificando-se os demais parceiros com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
3. por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
4. por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção deste ACT, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se, na data da extinção, não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

1. quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado deste Acordo de Cooperação Técnica; e
2. na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SIGILO

As partes se obrigam a manter sigilo das ações executadas em parceria, utilizando os dados passíveis de acesso somente nas atividades que, em virtude de lei, compete-lhes exercer, não podendo, de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento a terceiros das informações trocadas entre si ou geradas no âmbito deste ACT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Como condição indispensável para sua eficácia, o presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em forma de extrato no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente Instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e o alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I, do art. 109, da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente Instrumento, lido e achado conforme, que vão assinados pelos representantes dos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília-DF, 13 de abril de 2020.

SANDRA TERENA

Secretária Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

Diretor-Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente da Fundação Nacional do Índio

SÉRGIO CAMARGO

Presidente da Fundação Cultural Palmares

ROBSON SANTOS DA SILVA

Secretário Especial de Saúde Indígena

Ministério da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Terena, Secretário(a) Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, em 13/04/2020, às 15:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Xavier da Silva, Usuário Externo**, em 13/04/2020, às 15:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME SORIA BASTOS FILHO, Usuário Externo**, em 13/04/2020, às 16:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nascimento de Camargo, Usuário Externo**, em 13/04/2020, às 20:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON SANTOS DA SILVA, Usuário Externo**, em 14/04/2020, às 22:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1137699** e o código CRC **CA8F5883**.

ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PLANO DE TRABALHO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Plano de Trabalho é o documento de planejamento e operacionalização do acompanhamento, monitoramento e execução no atendimento às demandas por cestas de alimentos, pelas populações indígenas e quilombolas, de acordo com os termos definidos nos objetos do Termo de Execução Descentralizada nº 03/20, firmado entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Termo de Execução Descentralizada nº 04/20, firmado entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

2. DO DIAGNÓSTICO

2.1. A pandemia do coronavírus – COVID 19 não tem precedentes nos últimos 100 anos, comparando-se, como dano potencial à saúde pública com a Gripe Espanhola, no idos de 1918. A situação de emergência sanitária exige do poder público medidas extremas, no sentido de atenuar-se as consequências de perdas de vidas humanas, o que modifica, por completo o modo de vida e de trabalho das pessoas, deixando ainda mais vulnerável vários segmentos populacionais, como os indígenas e os quilombolas, além de outros povos e comunidades tradicionais.

3. DA ABRANGÊNCIA

3.1. Os beneficiários pela ação desse plano de trabalho são os aldeamentos indígenas e as comunidades quilombolas em situação de insegurança alimentar, distribuídos pelas cinco regiões do país.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. A celebração deste Acordo pauta-se na necessidade de se promover a efetiva transversalidade nas políticas públicas para os povos indígenas e quilombolas, enfrentando-se de forma alinhada e conjunta esse enorme desafio de prover-lhes alimentos, como meio de sobrevivência, em um momento único de diversidade e necessidade de superação da humanidade.

4.2. Essa ação conjunta justifica-se pela complexidade da temática, e exigir a atuação convergente dos órgãos signatários; bem como pela representatividade do público destinatário das ações em curso.

5. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

5.1. Documento de planejamento e operacionalização do acompanhamento, monitoramento e execução no atendimento às demandas por cestas de alimentos, pelas populações indígenas e quilombolas;

5.2. Relatórios mensais de acompanhamento da implementação e execução do processo de aquisição e distribuição das cestas de alimentos aos beneficiários; e

5.3. Relatório final com o registro de atendimento dos povos indígenas e comunidades quilombolas com o quantitativo de cesta de alimentos previstos originalmente.

6. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1. A fim de que se se alcance o objeto deste trabalho, os partícipes se comprometem a cumprir o estabelecido no seguinte Cronograma de Execução.

Ação	Produto	Atividade	Previsão
1. Reunião inicial do trabalho entre os órgãos envolvidos.	Documento com a listagem das ações e demais informações pertinentes ao processo de aquisição e distribuição das cestas de alimentos, indicando-se os responsáveis, seus contatos, órgãos e prazos.	Apresentar e identificar todas as ações previstas, para a definição do plano de monitoramento, acompanhamento e execução da operacionalização da aquisição e distribuição das cestas de alimentos.	Até 05 dias da assinatura do ACT
2. Implementação do plano de monitoramento, acompanhamento e execução.	Documento com o cronograma e metodologia para realização do plano de monitoramento, acompanhamento e execução da operacionalização da aquisição e distribuição das cestas de alimentos.	Descrever a metodologia e indicar os prazos para a realização das aquisições e distribuição das cestas de alimentos até os beneficiários, incluindo-se a prestação de contas. Estabelecer o fluxo operativo para o compartilhamento e análise de dados e acompanhamento de gargalos.	Até 10 dias após o cumprimento da Ação 1.

3. Avaliação do Acordo de Cooperação Técnica.	Relatório de avaliação mensal e final.	Realizar o acompanhamento e monitoramento das atividades definidas, produzindo-se relatórios mensais que auxiliem na avaliação e ajuste da execução, e o relatório final, com as prestações de contas das entregas, custos envolvidos e aprendizagem da operação.	A cada 30 dias até o término do acordo.
---	--	---	---

7. **METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO**

7.1. A atuação dos partícipes dar-se-á de acordo com a previsão da CLÁUSULA QUARTA do Acordo de Cooperação Técnica, detalhada nos itens 1 e 2 do Cronograma de Execução do presente Plano de Trabalho; sem prejuízo de haver novas atribuições, individuais ou compartilhadas, de acordo com o enfrentamento da situação de calamidade pública, assim declarada pelo Decreto Legislativo nº 06/2020, desde que de comum acordo entre os partícipes.

8. **DOS RESULTADOS ESPERADOS**

8.1. Preservação das vidas, histórias e cultura dos povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, garantindo-se para as gerações seguintes a oportunidade de entenderem e se conhecerem pela sua ancestralidade viva.

9. **DO PRAZO**

9.1. Período de 06 (seis) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos deste Acordo de Cooperação Técnica.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/04/2020 | Edição: 73 | Seção: 3 | Página: 71

Órgão: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 00135.206722/2020-01. Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2020 firmado entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Cultural Palmares - FCP e Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI/MS, que tem por objeto a elaboração do plano de acompanhamento, monitoramento e execução das políticas públicas para povos indígenas e quilombolas, para a análise e a implementação de ações conjuntas entre as partes envolvidas, visando ao intercâmbio de dados, informações e conhecimentos a respeito da articulação, promoção e implementação dessas políticas públicas, a fim de se promover a otimização do emprego de recursos públicos para o atendimento das demandas da população brasileira, em atenção, especialmente, ao Programa 5034 (Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos), do Plano Plurianual 2020-2023), para a execução dos objetos do Termo de Execução Descentralizada nº 03/20, firmado entre o MMFDH) e a CONAB e do Termo de Execução Descentralizada nº 04/20, firmado entre o MMFDH e a FUNAI.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.